

## CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROCESSO DE IMIGRAÇÃO: OPORTUNIDADES, HOSTILIDADES E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Rita de Cássia Pereira Farias <sup>1</sup>

### Resumo

O artigo discute a problemática de crianças venezuelanas envolvidas no processo de migração para o Brasil, destacando as vulnerabilidades e riscos a que estão submetidas, a partir de notícias de jornais online. Após enfrentarem estresses, violência, perda de familiares e experiências traumáticas em seu país de origem e durante a migração, os imigrantes entram no Brasil, mas não encontram um ambiente acolhedor. Ao contrário, se deparam com barreiras relativas ao não domínio da língua, dificuldades para se instalar e se socializar, além de violências, preconceitos, hostilidades e xenofobia. Além disso, as mães são procuradas por membros de quadrilhas de tráfico humano que as assediam para que vendam suas crianças. Dessa forma, verifica-se que, longe de uma acolhida humanitária, os imigrantes enfrentam grandes dificuldades para ter acesso à cidadania. Além disso, os direitos humanos frequentemente se configuram com algo abstrato, longe da vida concreta dos imigrantes, o que implica em grandes desafios para as políticas de imigração.

**Palavras-chave:** Migração venezuelana. Crianças e adolescentes. Direitos humanos.

### Abstract

This paper discusses the problems of Venezuelan children involved in the migration process to Brazil, highlighting the vulnerabilities and risks to which they are subjected, based on news from online newspapers. After facing stress, violence, loss of family members and traumatic experiences in their country of origin and during migration, immigrants enter Brazil, but do not find a welcoming environment. On the contrary, they face barriers related to not being able to master the language, difficulties in settling in and socializing, in addition to violence, prejudice, hostility and xenophobia. Mothers are sought after by members of human trafficking gangs who harass them into selling their children. Far from a humanitarian welcome, immigrants face great difficulties in accessing citizenship and human rights are often configured as something abstract, far from the concrete lives of immigrants, which implies major challenges for immigration policies.

**Keywords:** Venezuelan migration. Children and teenagers. Human rights.

## INTRODUÇÃO

Este artigo discute a problemática das crianças venezuelanas envolvidas no processo de migração para o Brasil, destacando as vulnerabilidades e riscos a que estão submetidas.

A crise na Venezuela é um evento complexo e multifacetado que começou a se agravar a partir de 2013, com a morte do então presidente Hugo Chávez e ascensão de seu sucessor, Nicolás Maduro. O colapso da economia venezuelana ocorreu devido à queda dos preços do petróleo (principal fonte de receita do país) e se intensificou ao longo dos anos devido a uma combinação de fatores políticos, econômicos e sociais, resultando em uma profunda crise humanitária e econômica que resultou em hiperinflação, desvalorização da moeda e um colapso nos serviços públicos com carências de alimentos, medicamentos e outros bens essenciais. Com a infraestrutura degradada, alta taxa de pobreza, desemprego e insegurança

---

<sup>1</sup> Assistente social, doutora em Antropologia, professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: rcfarias@ufv.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8108-5370>

alimentar, a população passou a enfrentar dificuldades para acessar serviços básicos, como saúde e educação, que se tornaram insuficientes para atender às necessidades da população.

Devido à crise humanitária e social, milhões de venezuelanos migrantes e refugiados fugiram do país em busca de melhores condições de vida. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) estimam que mais de 7 milhões de venezuelanos deixaram o país desde o início da crise.

O grande deslocamento da população entre as regiões da América Latina em decorrência da crise, segundo Vendramini (2018, p. 240), é resultado da imposição de um modelo de desenvolvimento dependente e subordinado, com constante reajuste de interesses entre a classe burguesa e o capital internacional, que gera um frágil mercado interno com acentuação das desigualdades regionais e sociais.

A crise humanitária e insegurança tem levado ao aumento do número de crianças em movimentos migratórios forçados pela América Latina e o Caribe, em idade cada vez menor, que atingiu proporções inéditas em 2023. O Fundo das Nações Unidas para a Infância das Nações Unidas (UNICEF, 2023)<sup>2</sup> aponta que entre cada quatro pessoas em movimento na América Latina e no Caribe uma é criança ou adolescente (25%), é a maior proporção entre as regiões do mundo. Em alguns pontos de trânsito, as crianças com menos de 11 anos representam até 91% de todas as crianças em movimento (UNICEF, 2023).

Em todo o mundo, as crianças representam 13% da população migrante. A proporção de crianças que se deslocam ao longo das principais rotas migratórias na América Latina e no Caribe<sup>3</sup> atingiu um nível recorde entre 2021 a 2023. Só na travessia da selva de Darién, (entre a Colômbia e o Panamá), estima-se que mais de 29 mil crianças fizeram o percurso em 2021, mais de 40 mil em 2022 e mais de 60 mil nos primeiros oito meses de 2023. A metade delas tinha menos de 5 anos de idade (UNICEF, 2023).

Além disso, tem aumentado o número de crianças refugiadas e migrantes detidas na fronteira sul dos Estados Unidos. O Serviço de Alfândegas e Proteção das Fronteiras dos Estados Unidos (CBP) registrou que mais de 149 mil crianças entraram no país em 2021, mais de 155 mil em 2022 e mais de 83 mil nos primeiros sete meses de 2023 (UNICEF, 2023, p.1).

Muitas delas viajam sozinhas em um longo circuito marcado por terrenos perigosos, selvas, terra, mar e rios, feitos a pé ou em transportes precários que envolvem sérios riscos de vida (UNICEF, 2023). Além disso, enfrentam fome, doenças, lesões, violência, abusos, exploração, separação familiar e diversos riscos de vida.

---

<sup>2</sup> A UNICEF é uma agência responsável por fornecer recursos humanitários para crianças em todo o mundo.

<sup>3</sup> As crianças em movimento atravessam três grandes rotas de migração na América Latina e no Caribe: (1) através da selva de Darién (entre a Colômbia e o Panamá), (2) a migração para fora da América do Sul e (3) em pontos de trânsito importantes no norte da América Central e no México (UNICEF, 2023).

As crianças e adolescentes em migração forçada sofrem traumas e estresses devido à violência, perda de familiares e experiências traumáticas em seu país de origem e durante a migração. Quando chegam ao destino, enfrentam barreiras relativas ao não domínio da língua, dificuldades para se instalar e ter acesso aos direitos, além de preconceitos, hostilidades e xenofobia. As crianças que migram forçadamente frequentemente enfrentam problemas de nutrição e saúde, em decorrência da escassez de alimentos<sup>4</sup> ou da mudança na dieta durante e após a migração, além do acesso limitado a serviços de saúde, medicamentos e vacinas.

Elas também enfrentam interrupções em sua educação, o que pode levar a lacunas no aprendizado e dificuldades em reintegrar-se ao sistema educacional no novo país. A integração social na comunidade e na escola é um desafio, principalmente em decorrência da falta de documentos, diferenças curriculares, barreiras culturais, linguísticas e xenofobia.

Outro fator a ser considerado é que, frequentemente, as crianças e adolescentes imigrantes estão vulneráveis a abusos, exploração e negligência. A falta de documentação e redes de apoio pode aumentar o risco de exploração no trabalho e diversos tipos de abusos. Os riscos que enfrentam, o estresse associado à mudança de ambiente e à incerteza do futuro podem impactar na sua saúde física e psicológica.

Diante da problemática apresentada, o objetivo deste artigo é discutir o fenômeno da migração infantil forçada entre crianças venezuelanas que chegaram ao estado de Roraima, a partir de 2015, destacando os riscos enfrentados, a violação dos direitos e os desafios postos às políticas de migração e respostas humanitárias nos países de origem, trânsito e destino.

A pesquisa é do tipo documental, cujos dados foram obtidos a partir de notícias de jornais online. A análise é majoritariamente qualitativa, embora traga dados numéricos para problematizar o fenômeno. Os dados foram discutidos a luz de referenciais teóricos pautados na teoria social crítica que problematiza a migração como uma expressão da questão social, revelando a desproteção social a que estão submetidos crianças e adolescentes, cujos direitos ficam no plano do formal e abstrato, longe da realidade vivida pelos imigrantes.

Na organização do artigo, discute-se o processo de chegada e tentativa de instalação dos venezuelanos no Brasil e a resposta dada pelos brasileiros, marcada por hostilidades, violência, xenofobia, assédio e dificuldades de instalação no novo país. Em seguida, faz-se um apontamento sobre alguns desafios inerentes às políticas de assistência aos imigrantes.

## **HOSTILIDADE, VIOLÊNCIA, XENOFOBIA E ASSÉDIO NA RECEPÇÃO BRASILEIRA**

<sup>4</sup> A Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Unicef fizeram um levantamento, em 2018, em Boa Vista e Pacaraima. Dentre os 3.785 venezuelanos entrevistados, havia 726 crianças sob seus cuidados, que se alimentavam de forma irregular desde a chegada ao Brasil e 63% deles estavam sem ir à escola (Costa, 2019).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o quinto país que mais recebe venezuelanos em fuga. Diariamente, 550 venezuelanos atravessam a fronteira do Brasil por Roraima, e pelo menos 5% se dirigem a Boa Vista, em busca de assistência humanitária. Sem dinheiro, eles chegam a pé após percorrerem um percurso de cerca de 215 quilômetros, marcado por fome, sede e cansaço (Costa, 2019).

O deslocamento de imigrantes da Venezuela para o Brasil deve-se à crise que começou a se agravar a partir de 2013, com a combinação de fatores políticos, econômicos e sociais culminaram na hiperinflação, desvalorização da moeda e um colapso nos serviços públicos. A intensificação da crise ao longo dos anos resultou em graves carências de alimentos, medicamentos e outros bens e serviços essenciais.

As dificuldades que a população venezuelana passou a enfrentar para acessar serviços básicos, como saúde e educação gerou um alto fluxo migratório, a partir de 2015, de pessoas que deixaram o país em busca de segurança e melhores condições de vida. A migração forçada de venezuelanos levou a um aumento populacional temporário, desordenado e imprevisível nesse estado na região Norte do Brasil, principalmente no estado de Roraima, devido à proximidade geográfica. A cidade fronteira de Pacaraima e a capital do estado, Boa Vista, são seus principais destinos.

O aumento populacional trouxe implicações para o mercado de trabalho e as condições de empregabilidade na região, com ampliação da concorrência por empregos, rebaixamento de salários e dificuldades de oferecimento de condições de trabalho dignas. Conforme Vendramini (2018, p.240), a migração “gera uma massa de trabalhadores livres dispostos a vender sua força de trabalho na indústria nascente e a integrar o exército industrial de reserva”, disponível para ser lançada em diferentes locais e ramos de produção”.

A alta concentração populacional também impactou na prestação de serviços públicos de saúde, saneamento básico, segurança pública, dentre outros. O estado tem enfrentado desafios significativos relacionados à capacidade de infraestrutura e recursos para lidar com o grande número de imigrantes, em termos de habitação, serviços públicos e integração social.

Muitas das famílias venezuelanas que chegam ao Brasil acabaram morando nas ruas ou em casas e prédios abandonados, sendo que muitas delas possuem crianças que não desfrutam de condições mínimas de segurança e proteção. Em Boa Vista, é comum a presença de mulheres grávidas, mães e avós com crianças e bebês, pedindo ajuda em semáforos, feiras, portas de supermercados e farmácias, com graus variados de necessidades (Costa, 2019).

A situação de insegurança e instabilidade gerou conflitos entre a população brasileira e venezuelana. Na manhã do dia 18/08/2018, por exemplo, após um comerciante de Pacaraima (Norte de Roraima) ter sido assaltado e os suspeitos não serem localizados, a população suspeitou que o crime tivesse sido cometido por imigrantes. Movidos pela revolta, os pacaraimenses fizeram um ato violento contra os venezuelanos, destruindo acampamentos, incendiando os pertences dos imigrantes e expulsando-os das ruas (Brandão; Oliveira, 2018).

Uma venezuelana de 37 anos, que vivia com seu marido em um acampamento improvisado, às margens da rodovia, disse que todo o alimento que ela guardava para levar para os filhos na Venezuela foi queimado. Além disso, foram incendiados roupas e todos os documentos do casal, como Cédula Venezuelana, CPF brasileiro, cartão do SUS, diploma universitário e certificado de conclusão da escola (Brandão; Oliveira, 2018).

Outra venezuelana de 42 anos, que teve o barraco incendiado por manifestantes, onde vivia com a filha de 13 anos, contou que estava fazendo café quando os brasileiros atacaram os venezuelanos, atiraram pedras e garrafas, colocaram gasolina e atearam fogo em seus pertences. Em algumas moradias havia mulheres, crianças e recém-nascidos. As pessoas foram empurradas e saíram correndo tentando se defender. Depois de expulsar os venezuelanos, os manifestantes bloquearam a entrada da cidade pela BR-174 (Brandão; Oliveira, 2018).

Os venezuelanos afirmaram que se brasileiros os ameaçaram dizendo que se continuassem no país iriam matá-los. Com medo das agressões, muitos imigrantes decidiram voltar a pé para o país. Uma das vítimas disse que estaria mais tranquila quando cruzasse a fronteira, pois preferia morrer de fome na Venezuela junto com sua família do que ser agredida e morta em Pacaraima. Outros venezuelanos ficaram indecisos quanto ao que fazer, pois não queriam voltar para o seu país em crise (Brandão; Oliveira, 2018).

Os venezuelanos relataram que no momento dos ataques os agentes da Força Nacional de Segurança que estavam presentes não buscaram impedir as agressões cometidas pelos brasileiros. Reforço policial foi colocado na fronteira, com equipes do Bope, canil, Giro e Gate. Diante da tensão ocorrida, o Ministério da Segurança anunciou que enviaria 60 militares da Força Nacional para o estado. A justificativa para o reforço policial foi a de resguardar os moradores da cidade, que segundo o coronel, estavam com medo de que os venezuelanos fizessem retaliação. O governo de Roraima também afirmou que ia enviar reforços para o hospital de Pacaraima, com profissionais de saúde e medicamentos (Brandão; Oliveira, 2018).

A resposta policialesca para a crise do capital confirma que as políticas e leis de imigração tornam-se cada vez mais repressivas, punitivas e discriminatórias, desvalorizando a luta pelos princípios democráticos e direitos de livre circulação de pessoas. A falta de

solidariedade para com os imigrantes garante a reprodução do capital monopolista, que se nutre da naturalização das desigualdades, injustiças e preconceitos, o que resulta na crença dos sujeitos em relação a incapacidade para direcionar a sua vida (CFESS, 2016, p. 12).

Outra problemática enfrentada pelos venezuelanos em território brasileiro é o assédio vindo de mulheres brasileiras que persuadem as jovens grávidas e mães venezuelanas para comprar seus filhos por valores que variam de duzentos a seis mil reais (Costa, 2019). O comércio de crianças é previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como crime, cuja pena vai de um a quatro anos e multa.

Uma venezuelana de 25 anos disse que estava com a criança de seis meses em um supermercado em Boa Vista e foi abordada por uma brasileira que se propôs a pagar seis mil reais por sua filha mais nova. Disse que essa quantia correspondia a muito dinheiro, que lhe permitiria manter os outros filhos. Justificou que ela poderia ter outros filhos, algo que ela própria não podia ter. A venezuelana respondeu que não daria nem venderia seus filhos (Costa, 2019).

Uma mãe venezuelana de 35 anos afirmou que quatro homens abordaram sua filha, que carregava o irmão de sete meses no colo, e lhe ofereceram R\$ 200 pela venda do bebê. “Minha filha pensou que fosse uma brincadeira e disse que R\$ 200 era muito pouco. Então, ele ofereceu R\$ 500. Ela ficou com medo e se afastou” (Costa, 2019).

Uma mulher de 44 anos disse que estava com a sua neta pedindo ajuda na porta de uma farmácia quando um carro parou e um casal ofereceu R\$ 2 mil pela criança. Insistiram para levá-la, disseram que iam cuidar bem dela, que a criança não iria ficar longe e que os pais poderiam vê-la. Essa mulher tinha a clareza que se tratava de uma promessa enganosa, mas afirmou que outras pessoas caem no golpe e são enganadas. Outras preferem entregar as crianças para que elas não morram de fome (Costa, 2019).

Em setembro de 2018, um bengalês de 29 anos viajou de São Paulo a Boa Vista para registrar como sua filha o bebê de três dias, filho de uma venezuelana. Ele disse que pagou R\$ 2 mil a um desconhecido que o colocou em contato com uma mulher brasileira, para que arranjasse uma criança sem pai registrado. A gestante foi aliciada quando estava no quinto mês de gestação. A brasileira aliciadora lhe garantiu que o bengalês não ficaria com a criança e, em troca do registro de paternidade para a obtenção do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), faria transferências mensais de dinheiro e a ajudaria a sustentar a criança. Posteriormente, a mãe se arrependeu da negociação e denunciou às autoridades. O bengalês e a brasileira são investigados como suspeitos de integrar uma quadrilha de tráfico humano e uma rede de exploração de trabalho análogo à escravidão (Costa, 2019).

Costa (2019) também informa que em setembro de 2018, um homem de Bangladesh e uma brasileira foram presos em flagrante pela Polícia Federal quando tentavam registrar em um cartório da capital uma criança venezuelana recém-nascida, que havia sido comprada por dois mil reais. As autoridades têm orientado as pessoas a denunciar o aliciamento às autoridades competentes, pois podem não ter consciência da gravidade da situação e não saber que se trata de um crime, já que o aliciador diz que vai cuidar da criança e que ela ficará melhor (Costa, 2019).

A Assembleia Legislativa de Roraima também registrou diversos casos de tráfico humano com vítimas venezuelanas que envolvem riscos de exploração sexual, ameaças de violência e trabalho infantil. A vulnerabilidade enfrentada pela população em mobilidade reverbera no risco de tráfico humano ligados aos crimes de exploração sexual, trabalho escravo, venda de sangue e órgãos, adoção ilegal e casamentos arranjados (Costa, 2019).

Essa situação de extrema vulnerabilidade social que constitui uma afronta à dignidade humana traz desafios para as políticas de migração, como será discutido a seguir.

## **DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS DE MIGRAÇÃO**

Diante da concentração de venezuelanos nas regiões de fronteira e nas grandes cidades, para reduzir a pressão sobre os centros urbanos, o governo brasileiro, em parceria com organizações internacionais como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), lançou programas para facilitar a interiorização. Os esforços humanitários da Operação Acolhida e do Programa de Interiorização visam recepcionar, abrigar e transferir imigrantes e refugiados de áreas de alta concentração para outras regiões do país, onde possam encontrar melhores oportunidades de trabalho e viver em condições mais estáveis.

Como parte dos esforços para a integração desses indivíduos em novas comunidades, por meio dos programas de interiorização, estados brasileiros como São Paulo, Amazonas, Pará e Minas Gerais têm recebido um número considerável de imigrantes venezuelanos.

O governo brasileiro e organizações não governamentais (ONGs) estabeleceram diversos centros de acolhimento e abrigos em Roraima para ajudar na recepção e no atendimento das necessidades básicas dos imigrantes. Esses centros oferecem serviços essenciais, como alimentação, saúde e apoio jurídico. Para apoiar o imigrante no momento de mudança, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) em parceria com o Ministério da Cidadania, que é responsável pelo Subcomitê de Interiorização e da Força-Tarefa Logística Humanitária no Brasil, lançou o “Guia de Orientación Pre Viaje” (título original, em espanhol),

que traz informações essenciais sobre direitos e serviços básicos. Trata-se de um manual que traz informações importantes relativas ao antes, durante e depois do deslocamento para outros estados brasileiros para que eles possam conhecer os meios de acesso aos diversos serviços oferecidos no Brasil, incluindo as questões geográficas e culturais do Brasil para melhor integração social (Albino 2022).

O Guia traz orientações o processo de interiorização, destacando as modalidades, a documentação necessária e os procedimentos de viagem. Outra sessão aborda como é viver no Brasil, trazendo direcionamentos para melhor adaptação. Aborda os serviços de saúde, educação e assistência social no Brasil, o acesso ao trabalho, com informações sobre documentação, legislação laboral, seguridade social e empreendedorismo. Além disso, informa sobre os direitos civis e como evitar os riscos de tráfico de pessoas e exploração laboral.

Em Minas Gerais, algumas cidades possuem centros de acolhimento para imigrantes, incluindo aqueles que chegam do Venezuela. Esses centros oferecem apoio essencial, como abrigo, alimentação, saúde e serviços sociais. Em Belo Horizonte, o Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante (CRAI) oferece suporte para a integração, orientação e serviços básicos para os imigrantes. Em Contagem, cidade na região metropolitana de Belo Horizonte, também possui Centros de Acolhimento e Atendimento que oferecem apoio a imigrantes. Esses centros têm o objetivo de atuar na integração e no atendimento das necessidades imediatas dos novos residentes. Juiz de Fora, Uberlândia e Governador Valadares contam com o suporte de ONGs e instituições locais que oferecem assistência a imigrantes, subsidiando a integração e no atendimento das necessidades básicas. Além dos centros mencionados, diversas ONGs e instituições sociais em Minas Gerais colaboram com o governo fornecendo apoio adicional aos imigrantes. O apoio dos municípios e instituições é crucial para uma integração que atenda às necessidades básicas dos imigrantes, oferecendo suporte em áreas como habitação, educação e capacitação profissional, fornecendo subsídios para que reconstruam suas vidas e a se adaptem ao novo ambiente.

A interiorização apresenta desafios, como a necessidade de garantir que as novas comunidades tenham acesso a serviços básicos, como saúde, educação e emprego. Além disso, as cidades para onde os venezuelanos são realocados precisam estar preparadas para lidar com a chegada de novos moradores e promover sua integração.

Além do trabalho com os imigrantes, é fundamental fazer um trabalho com a população do país receptor visando o enfrentamento à xenofobia, aversão ao imigrante, que talvez seja o desafio mais difícil de ser alcançado. Nesse processo, torna-se necessária a divulgação de uma visão crítica quanto ao fenômeno, problematizando-o no contexto da sociabilidade do modo de produção capitalista e na defesa do direito de migrar e de se refugiar.

A aversão ao imigrante é um preconceito de classe que se expressa em comportamentos que destila “discursos de ódio e de repulsa ao ‘diferente’, ao/à estrangeiro/a, ao não familiar, vistos como ameaça à uma pretensa estabilidade da ‘ordem’ e da economia mundiais.” A xenofobia toma proporções catastróficas à medida que a crise do capitalismo se agrava. Tais preconceitos dificultam a inserção e a permanência dos/as migrantes, obstaculizando ações que “reconheçam a liberdade associada à ampliação e consolidação da cidadania, a defesa do aprofundamento da democracia” (CFESS, 2016, p. 8).

Os ataques aos venezuelanos e sua culpabilização para o aumento das expressões da questão social mostram um tratamento ao fenômeno pelo viés da individualização e transferência de culpa para os imigrantes. A complexidade do fenômeno exige que ele seja interpretado como algo que vai “muito além de uma escolha do indivíduo de sair de seu território em busca de melhores condições de vida”, mas envolve “particularidades de classe, gênero, etnia e religião e estão inscritos nas alterações da geopolítica mundial” (CFESS, 2016, p. 8).

Os imigrantes venezuelanos são atacados por estarem em condições de miséria e também por virem de um país periférico e pobre. Se fossem imigrantes ricos, vindos “de uma nação economicamente desenvolvida, cujos/as profissionais são supostamente “mais qualificados/as”, poderiam não terem sido alvo de constrangimentos e dúvidas de seus/suas colegas sobre sua honestidade.” (CFESS, 2016, p. 10).

Diante da hostilidade e do preconceito, muitos imigrantes ou refugiados se privam de buscar os órgãos competentes, temendo serem submetidos a mais ações vexatórias e violentas, “mantém-se em estado de confinamento” e submetendo-se, muitas vezes, a condições de trabalho análogas à escravidão (CFESS, 2016, p. 10).

O senso comum afirma que o brasileiro é um povo acolhedor, escondendo um forte preconceito aos imigrantes, que envolve questões de cor, gênero e diversidade cultural e religiosa que permeiam todas as relações na sociedade brasileira e extingue a possibilidade de solidariedade entre pessoas de diferentes nações.

Em tempos de crise do padrão de acumulação do capital, de desemprego estrutural generalizado, acentuando o irracionalismo e os subjetivismos, o preconceito contra imigrantes e refugiados/as assume extraordinárias dimensões e configura-se como expressão das relações sociais de classe entre trabalho e capital (CFESS 2016, p. 12).

Ao contrário da hostilidade e xenofobia, chegada de venezuelanos precisa ser vista pelo seu impacto cultural e social, podendo ser vista como uma oportunidade de enriquecimento da diversidade cultural no Brasil, trazendo novas perspectivas e experiências. Entretanto, é preciso trabalhar os desafios relacionados à aceitação e integração social. É preciso um investimento na forma como as comunidades locais lidam com esses desafios e

criam condições sustentáveis para a integração dos imigrantes. Além disso, os esforços devem garantir que as ações não apenas aliviem a pressão sobre as áreas de fronteira, mas também ofereça aos venezuelanos oportunidades para reconstruir suas vidas em novas comunidades no Brasil (Gomes, 2019).

No caso das crianças e adolescentes venezuelanas, devido à instabilidade decorrente do processo de migração e dificuldades de fixação no território brasileiro, elas enfrentam o desafio de se adaptar a um novo sistema educacional e cultural, o que requer estratégias específicas para garantir uma integração bem-sucedida. A documentação é um processo primordial. As escolas geralmente exigem documentos escolares anteriores, como histórico escolar e certidão de nascimento. Se a criança tiver o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) facilita o processo.

A língua é uma das principais barreiras para a integração. Muitas crianças imigrantes chegam ao Brasil com conhecimento limitado de português, o que pode dificultar a comunicação e o aprendizado. As barreiras linguísticas constituem um grande desafio para as políticas de atendimento ao imigrante. Mahl e Cella (2018, p.3) destacam que a língua é um elemento fundamental da cultura, ligado ao sentimento de pertencimento a um grupo. A língua “tanto pode nos aproximar de nossa identidade como pode nos afastar do diferente”. Por isso, “quando um imigrante se insere no sistema educacional, uma série de inseguranças são lançadas para a família, professores, gestão e comunidade escolar”. Para favorecer o processo de integração, é importante que as escolas ofereçam aulas de português como segunda língua, para que os alunos imigrantes desenvolvam habilidades linguísticas e aprendam em um ambiente que valoriza e integra as múltiplas culturas.

No processo de matrícula das crianças venezuelanas nas escolas, pode haver uma maior flexibilidade para validar e reconhecer as certificações educacionais estrangeiras e fazer o ajustamento ao novo currículo, garantindo que as crianças recebam o reconhecimento adequado para seu nível educacional. Se houver lacunas educacionais, o desafio é maior, sendo fundamental que as escolas e organizações não governamentais ofereçam suporte pedagógico e psicológico para acompanhar as crianças no seu processo de adaptação.

A inserção de crianças e adolescentes nas escolas e na sociedade do Brasil é uma questão desafiadora, que demanda esforços coordenados entre escolas, governo, ONGs e a comunidade para proporcioná-las um desenvolvimento integral em seu novo país. É preciso buscar estratégias que articulem alimentação, saúde, educação, habitação e lazer.

A integração e adaptação exige também considerar aspectos emocionais e psicológicos, pois a migração pode ser um evento traumático. Crianças podem enfrentar dificuldades emocionais e psicológicas relacionadas à instabilidade e adaptação ao novo

ambiente, além de enfrentar a perda de amigos e familiares. Garantir que os direitos das crianças sejam protegidos é fundamental e inclui assegurar que estejam livres de violência e exploração, e que recebam o suporte necessário para uma vida segura e saudável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A crise na Venezuela, com a combinação de instabilidade política, colapso econômico e crise humanitária é uma das mais graves da atualidade, criando um cenário extremamente desafiador, que requer uma abordagem global para oferecer suporte com ações duradouras.

As crianças e adolescentes em situação de migração forçada são filhos e filhas de sujeitos pertencentes à classe trabalhadora que enfrentaram situação de extrema vulnerabilidade em seu país de origem e no percurso de deslocamento. Eles migram não por uma escolha individual, mas o fazem para não morrerem de fome e sobreviverem, na esperança de terem acesso ao trabalho e a uma vida melhor e menos violenta. No território brasileiro, permanecem na condição de exploradas, precarizadas, aliciadas, violentadas, tendo que conviver com hostilidades e xenofobia, com dificuldades de receber proteção legal e se integrar socialmente.

Enfrentam traumas, estresse, dificuldades para acessar serviços essenciais de saúde, educação, segurança e integração social, tendo sua capacidade de adaptação prejudicada. Dessa forma, a promoção de uma migração segura exige uma abordagem integrada entre os países envolvidos, com implementação de programas de apoio, políticas de proteção e a colaboração entre governos, ONGs e comunidades. As políticas e os programas de acolhimento devem proporcionar informações precisas ao longo do percurso migratório, com acesso a serviços essenciais de moradia e trabalho, integrados a programas que oferecem apoio psicológico, educacional, nutricional, social e cultural com preservação da unidade familiar.

O processo de adaptação, inclusão e acesso aos direitos infantojuvenis exige que haja programas de integração escolar dos imigrantes, composto por aulas de idiomas, suporte pedagógico e segurança alimentar. Além disso, atividades comunitárias e grupos de apoio podem proporcionar um senso de pertencimento e contribuir para a construção de novas redes sociais.

Nesse processo, é fundamental dar visibilidade ao conjunto de dificuldades que negam aos imigrantes acesso aos direitos básicos como trabalho, saúde, educação, moradia, etc. Além disso, é fundamental buscar medidas de enfrentamento à xenofobia, que constitui um aviltamento aos direitos humanos, um desrespeito ao direito de migrar e de se refugiar.

Tais medidas são cruciais para garantir que as crianças e adolescentes migrantes e refugiadas recebam o suporte necessário para superar as adversidades e ter acesso a direitos, com segurança, bem-estar e proteção social.

## REFERÊNCIAS

ALBINO, Carlos Henrique Valim. **A importância da proficiência na língua espanhola para a manutenção da soberania nacional nas fronteiras brasileiras**. Academia Militar das Agulhas Negras. Resende, 2022. Disponível em:

[https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/11028/1/TCC\\_3445\\_Valim.pdf](https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/11028/1/TCC_3445_Valim.pdf)

BRANDÃO, Inaê; OLIVEIRA, Valéria. 'Prefiro morrer de fome na Venezuela do que agredido aqui', diz imigrante atacado por brasileiros na fronteira em RR. **G1 Globo**. Roraima, Boa Vista, 18/08/2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/18/prefiro-morrer-de-fome-na-venezuela-do-que-agredido-aqui-diz-imigrante-atacado-por-brasileiros-na-fronteira-em-rr.ghtml>. Acesso em 14/08/2024.

COSTA, Emily. Mães venezuelanas denunciam assédio para vender bebês em Roraima. **G1 Globo**. Roraima, Boa Vista. 01/08/2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/08/01/maes-venezuelanas-denunciam-assedio-par-a-vender-bebes-em-roraima.ghtml> Acesso em 15/08/2024.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Xenofobia**. Série assistente social no combate ao preconceito. Brasília-DF, 2016. Disponível em:

<https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno05-Xenofobia-Site.pdf>

GOMES, Manoel Messias. A diversidade de culturas no Brasil: como valorizá-las na prática educativa da sala de aula? Revista Educação Pública, v. 19, nº 30, 19 de novembro de 2019. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/30/a-diversidade-de-culturas-no-brasil-como-v-aloriza-las-na-pratica-educativa-da-sala-de-aula>.

MAHL, Carla Lasch; CELLA, Rosenei. **Os desafios para inclusão de imigrantes na educação básica**: o ponto de partida. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2018. Disponível em:

<http://www.ensinosuperior.sed.sc.gov.br/index.php/pos-graduacao/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas/trabalhos-de-conclusao-de-bolsistas-a-partir-de-2018/linguistica-letras-e-artes/especializacao-7/575-os-desafios-para-inclusao-de-imigrantes-na-educacao-basica-o-ponto-de-partida/file>. Acesso em 11/09/2024.

UNICEF. Número de crianças migrantes em deslocamento pela América Latina e o Caribe atinge novo recorde em meio à violência, instabilidade e mudanças climáticas. **UNICEF**, 07 setembro 2023. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/numero-de-criancas-migrantes-em-deslocamento-pela-america-latina-e-o-caribe-atinge-novo-recorde>. Acesso em 14/08/2024.

VENDRAMINI, Célia Regina. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, maio/ago. 2018, p.239–60. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p239>